

O Domínio da Economia Subjetiva: Entre a Ciência Preditiva e a Filosofia Moral*

*James M. Buchanan***

Resumo: O autor explica que a metodologia da economia subjetiva precisa considerar um fato e uma hipótese e nota como diferem as duas interpretações da análise básica de Adam Smith. O ponto central do autor é que economia positiva ou preditiva é um exercício de obviedades e que a economia subjetiva oferece análises da dinâmica das escolhas em uma próspera sociedade de pessoas livres. Sugere ainda que o foco da teoria econômica neoclássica, comparada à clássica, passou das estimativas empíricas para análises de estruturas. Entretanto, critica Ludwig von Mises por pender muito para o domínio da economia subjetiva.

Palavras-Chave: Economia, Subjetivismo, Previsão, Praxeologia, Escolhas.

The Domain of Subjective Economics: Between Predictive Science and Moral Philosophy

Abstract: The author explains that the discussion on the methodology of the subjective economy needs to consider a fact and a hypothesis and notes how the two interpretations of the basic analysis of Smith differ. The author's central point is that positive and predictive economics is an exercise of truisms and a subjective economy can offer an analysis of the dynamics of choices in a prosperous society of free people. Also suggests that the focus of neoclassical economics compared to classical, is changed from empirical estimates for analysis of structures. However, he criticizes Mises by hung too much into the realm of the subjective economy.

Keywords: Economy, subjectivism, forecasting, praxeology, choices.

Classificação JEL: B13, B41

* O presente texto foi publicado originariamente como: BUCHANAN, James M. *The Domain of Subjective Economics: Between Predictive Science and Moral Philosophy*. In: KIRZNER, Israel M. (Ed.). **Method, Process, and Austrian Economics: Essays in Honor of Ludwig von Mises**. Lexington: Lexington Books, 1982. 7-20. Traduzido do original em inglês para o português por Evelyn Lima.

** **James M. Buchanan** nasceu no dia 3 de outubro de 1919 em Murfreesboro, no Tennessee. Graduiu-se pelo Middle Tennessee State Teachers College, recebeu o M.A. pela University of Tennessee e o Ph.D. em Economia pela University of Chicago. Lecionou na University of Virginia, de 1956 a 1968, na University of California, Los Angeles (UCLA), de 1968 a 1969, na Virginia Polytechnic Institute, de 1969 a 1983, e na George Mason University (GMU) de 1983 a 2012. Buchanan é um dos fundadores e o principal expoente da *Public Choice Theory* [Teoria da Escolha Pública], tendo sido agraciado em 1986 com o Prêmio Nobel de Economia. Foi membro e presidente da Mont Pelerin Society, consultor do Independent Institute e pesquisador do Cato Institute. As obras dele foram reunidas pelo Liberty Fund em vinte volumes nos *The Collected Works of James M. Buchanan*. Em língua portuguesa foi publicado até o momento apenas o seguinte livro: *Custo e Escolha: Uma Indagação em Teoria Econômica* (Inconfidentes / Instituto Liberal, 1993). Faleceu no dia 9 de janeiro de 2013 em Blacksburg, na Virginia.

Nós... estamos em parte vivendo em um mundo cujos constituintes podemos descobrir, classificar e agir sobre, por meio de... métodos racionais, científicos.; mas em parte,... estamos imersos em um meio que... nós não observamos e não podemos observar pelo lado de fora; não podemos identificar, medir e tentar manipular; não podemos sequer ter completa consciência dele, uma vez que ele... está muito intimamente entrelaçado com tudo o que somos e fazemos para ser distinguido... e observado com isolamento científico, como um objeto.

-- Isaiah Berlin (1909-1997)

INTRODUÇÃO

Qualquer discussão sobre a metodologia da economia subjetiva deve logo confrontar um fato elementar com uma hipótese necessária. O fato é que, em qualquer ciência do comportamento humano, o observador está, ele mesmo, em meio ao observado. A hipótese é que os seres humanos *escolhem*. Sem essa hipótese, a atividade do observador torna-se um exercício sem significado. O fato e a hipótese que o acompanha impõem restrições ou limites a qualquer “economia positiva”, se o modelo for oriundo dessas ciências das quais tais atributos estejam ausentes. O cientista natural permanece separado dos objetos de sua observação, e, não obstante o reconhecimento da possibilidade de influência mútua entre observador e observação, resta a diferenciação básica de categorias. Além disso, a simples capacidade de reunir estas palavras em uma sentença com um significado distingue a mim, como humano, daqueles objetos da ciência que muito se assemelham a mim, os denominados animais superiores. Pelo processo de escrever uma frase, escolho aquilo que crio; não estou apenas reagindo a estímulos externos, ao menos no sentido diretamente ligado à predição.

Em termos gerais, os elementos *subjetivos* da nossa disciplina são definidos, com precisão, dentro dos limites entre a ciência positiva e preditiva do modelo ortodoxo de um lado e o pensamento especulativo

da filosofia moral do outro – daí o título do capítulo. Para nossos propósitos, defino a *filosofia moral* como o discurso que incorpora uma negação explícita da relevância da explicação científica. Note que essa abordagem não requer uma rejeição categórica da relevância da ciência econômica empiricamente testável, chamada de “positiva”. Tampouco ela enfatiza, em lugar disso, a existência e a importância da área entre a ciência empírica e a filosofia moral. Ela nega que essas categorias de pensamento dominem o campo da relevância. Neste ponto, penso que meu próprio professor, Frank H. Knight (1885-1972), e Ludwig von Mises (1881-1973) teriam estado substancialmente de acordo. Ambos teriam sido críticos, em grau extremo, dos economistas modernos que procuram marginalizar toda a economia não empírica como não científica e, por inferência, normativa. Esses dois pensadores seminais teriam estado confortáveis com uma ciência econômica subjetiva, embora pudessem ter diferido de certa forma sobre a relevância de outras partes de nossa disciplina.

I - ADAM SMITH E A ECONOMIA CLÁSSICA

A economia clássica tem sido quase universalmente interpretada como uma tentativa falha de derivar uma teoria objetiva e preditiva do valor relativo das mercadorias. Suas características centrais são talvez melhor exemplificadas na famosa ilustração do cervo e do castor feita por Adam Smith (1723-1790), que utilizarei aqui. A hipótese de Smith era que um castor seria “naturalmente” trocado por dois cervos em um cenário em que dois dias de trabalho sejam necessários para matar um castor e um dia de trabalho para matar um cervo. Gostaria de propor a seguinte pergunta: mesmo se garantirmos todas as pressuposições necessárias do modelo de Smith, nós então derivamos uma teoria genuinamente preditiva dos valores relativos do castor e do cervo? Ou ainda permanecem elementos necessariamente

subjetivos no modelo explanatório inclusivo, mesmo em um cenário tão restrito?

As pressuposições exigidas são familiares. Cervos e castores devem ser “bens” para todos os potenciais consumidores e produtores: o trabalho deve ser um “incômodo”. O trabalho é o único recurso produtivo e unidades de trabalho são completamente homogêneas. Mais além, cada mercadoria deve ser produzida com retornos constantes. Mas devemos lembrar que Adam Smith procurava explicar valores *de troca*. As restrições do modelo, mesmo se completamente consideradas, não explicam o surgimento da troca, e, de modo estrito, nenhuma troca poderia ocorrer no cenário postulado. Se a razão entre os insumos for de dois pra um, os preceitos da racionalidade sugerem que cada unidade agente irá alcançar um ajuste de equilíbrio quando essa razão de dois para um for igualada por uma razão de valorações de dois para um entre os dois bens. Não há um elemento subjetivo na análise, já que deliberadamente limitei o significado do termo “subjetivo” aqui.

Adam Smith e os economistas clássicos não estavam, contudo, interessados em explicar o ajuste do comportamento individual. Smith estava interessado em explicar valores *de troca*. E, para explicá-los, precisaria ter explicado o surgimento da troca em si. Para fazer isso, deveria ter incorporado uma pressuposição adicional não listada. A produtividade do trabalho quando especializado deve ser maior do que quando não especializado. A ênfase de Smith na importância da divisão do trabalho sugere, é claro, que essa pressuposição era de fato central para o seu modelo explanatório. Mas por que a troca surgiria, em primeiro lugar? Aqui, Smith recorreu à “*propensão [do homem] a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra*”¹. O papel crítico dessa propensão na análise de Smith tem sido bastante negli-

genciado em interpretações de seu trabalho. Mas, com essa propensão, Smith introduz um elemento subjetivo no coração de todo o modelo explanatório. Explicitamente, contrasta as ações do homem com os animais nesse aspecto, ao dizer que “*ninguém jamais viu um cachorro fazer uma troca justa e deliberada de um osso por outro*”².

Em algum cenário anterior à troca, o exercício da “propensão a troca” – comportamento que deve necessariamente ter sido diferente em espécie daquele que havia sido refletido em padrões estabelecidos (e, portanto, previsíveis cientificamente, ao menos dentro dos limites da aleatoriedade) – permitiu ao homem descobrir as vantagens da especialização e criar as instituições da troca dentro das quais os valores relativos das mercadorias vêm a ser estabelecidos. Alguém que de início imagine um estado posterior à especialização e à troca e que aja a fim de trazer à existência esse estado deve engajar-se no que devo aqui chamar de escolha “ativa”. Deve fazer mais do que responder de forma previsível a alterações nas restrições que são impostas a ele de forma exógena.

Uma economia (se de fato pudesse ser chamada como tal) na qual todas as pessoas respondem a restrições passivamente e ninguém se envolvesse em escolhas ativas não poderia jamais se organizar por intermédio de instituições de troca. Tal economia exigiria que as restrições fossem impostas ou pela natureza, ou por seres externos à comunidade daqueles participantes que são os objetos passivos. Em qualquer um dos casos, essa economia seria comparável em espécie àquelas cujos participantes são os “consumidores animais” examinados por John H. Kagel, Raymond Battalio (1938-2004) e seus colegas³.

Mesmo no nível do discurso mais elementar de Adam Smith, existem duas

¹ SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Apres. Wiston Fritsh; Intr. Edwin Cannan, Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 73.

² Idem, *Ibidem*.

³ Ver KAGEL, John H. et al., Demand Curves for Animal Consumers. **Quarterly Journal of Economics**, 96 (February 1981):1-16.

interpretações que podem ser associadas à sua análise. Se Smith for lido como relativamente despreocupado com o aparecimento de instituições de troca, e se presumirmos que ele simplesmente tenha postulado a existência da especialização, pode ser levantado que seu objetivo era apresentar uma teoria positiva e preditiva dos valores relativos das mercadorias. Por outro lado, se Smith for entendido como primariamente ou centralmente preocupado em explicar como as instituições de troca surgem, ele se torna um subjetivista consistente, recorrendo a essa particular propensão que distingue o homem dos outros animais. Não poderia haver ciência preditiva acerca do exercício dessa propensão, uma vez que previsões aqui implicariam que a direção de todas as trocas futuras seriam conceitualmente conhecidas neste ponto do tempo.

As duas interpretações da análise básica de Smith diferem em suas *explananda*. A primeira envolve uma explicação, ou tentativa de explicação, dos valores de troca relativos das mercadorias. A segunda envolve uma explicação das instituições de troca em si. Aquilo que pode ser previsto (conceitualmente) pode ser explicado com uma teoria objetiva ou científica. Aquilo que não pode ser previsto pode ser explicado (compreendido) apenas por uma teoria subjetiva. Se essa dualidade metodológica básica tivesse sido aceita no princípio, muita confusão na história das doutrinas econômicas de hoje e ontem poderiam ter sido evitadas. A economia subjetiva, propriamente, e mesmo estritamente definida, ocupa um âmbito explanatório que é mutuamente excludente com relação àquele propriamente ocupado pela economia positiva. Se tanto for concedido, porém, a significância relativa dos dois campos de discurso pela compreensão inclusiva da interação humana torna-se clara. A economia positiva ou preditiva torna-se amplamente um exercício de triturar o óbvio; a economia subjetiva pode oferecer análises da dinâmica pela qual uma sociedade de pessoas que permaneçam livres para escolher em um sentido genuíno desenvolve-se e prospera.

Em partes subseqüentes deste artigo, ilustrarei esse argumento básico por referência a esforços de certa forma mal direcionados e, ao menos em parte, confusos, de enfatizar os elementos subjetivos da teoria econômica, amplamente definidos. Discutirei a então denominada revolução subjetivista e sua transformação na síntese neoclássica moderna. Deverei discutir também a dimensionalidade da teoria econômica para mostrar que o problema dimensional deve ser considerado separadamente daquele da operacionalidade da teoria. Uma discussão da variante Austríaca da economia neoclássica em particular, conforme exemplificada notavelmente nos trabalhos de Ludwig von Mises, segue com especial ênfase em sua insistência nas fundações praxeológicas da disciplina. A seção seguinte discute a potencial aplicabilidade da teoria econômica subjetiva e objetiva, e oferecerei uma explicação provisória para a relativa dominância da última no século pós-clássico. Finalmente, resumirei a discussão e extrairei algumas inferências para o direcionamento da pesquisa.

II - A REVOLUÇÃO SUBJETIVISTA DA DÉCADA DE 1870 E A SUBSEQÜENTE SÍNTESE NEOCLÁSSICA

Conforme frisado anteriormente, a teoria econômica clássica foi amplamente interpretada como uma tentativa de derivar uma teoria preditiva dos valores relativos das mercadorias⁴.

Pensava-se que a economia clássica falhara nessa tentativa. A ênfase veio a ser posta nas dificuldades específicas que não puderam ser satisfatoriamente compreendidas pelos modelos clássicos. O paradoxo água-diamante permaneceu; o esforço clássico

⁴ Essa afirmação deve ser qualificada a limitar sua relevância ao problema central da teoria econômica, de explicar como uma economia aloca seus recursos e distribui seu produto. Os economistas clássicos têm sido diferentemente interpretados como oferecendo uma teoria do desenvolvimento e do crescimento econômico.

para explicar os valores de troca relativos por custos de produção objetivamente mensuráveis não pôde sobreviver.

A então chamada revolução subjetivista, apresentada de muitas maneiras no começo da década de 1870 por William Stanley Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e Léon Walras (1834-1910), foi explicitamente direcionada à resolução das dificuldades que prevaleciam na explicação clássica dos valores de troca. As contribuições iniciais, aqui, demonstraram que os valores relativos dependem dos ordenamentos de valorações de ambos os lados dos mercados de bens, na oferta e na demanda. Mas nós devemos introduzir uma questão aqui que não foi, pelo meu conhecimento, frequentemente proposta. Em que medida a teoria econômica de Jevons, Menger e Walras, bem como seus sucessores neoclássicos, incorpora a economia subjetiva genuína como a descrevi neste artigo? A despeito de sua fama como a revolução subjetivista na teoria econômica, há algum elemento necessariamente subjetivo nos modelos explanatórios inclusivos que foram fornecidos em lugar da construção clássica descartada?

Sugiro que o rótulo “subjetivista” pode ser equivocado quando aplicado a essa teoria de valores de troca, notadamente porque as contribuições iniciais foram reformuladas e refinadas na síntese neoclássica do século XX. A teoria da utilidade marginal da década de 1870 incorporava a noção central de que os valores são determinados nas margens apropriadas de valoração e que as posições dessas margens são relevantes. O paradoxo água-diamante estava então satisfatoriamente resolvido. Mas não há nada neste contexto analítico sugerindo que os ordenamentos de valorações (aqueles da oferta e da demanda), que simultaneamente interagem para determinar a posição das margens e, portanto, os valores de troca não são, por si mesmos, *objetivamente determinados*, ao menos em um sentido conceitual. Não há nada na teoria econômica neoclássica que exclua a existência universal de padrões comportamentais de reações por parte de todos os indivíduos na

economia, padrões esses que, mesmo que mais complexos, são ainda análogos àqueles que poderiam empiricamente descrever o comportamento de ratos. Quando funções individuais de utilidade são formalmente especificadas, os indivíduos cujo comportamento é representado não podem escolher diferentemente. A escolha, como tal, não pode existir nessas formulações.

Não estou sugerindo aqui que a preocupação com a solução do problema de determinar valores de troca relativos dos bens e males era necessariamente central na teoria neoclássica. Não era. O esforço clássico anterior tinha o sentido de fornecer uma medida singular e simples dos valores de troca relativos que podem ser tanto prontamente compreendidos quanto empiricamente estimados. O trabalho neoclássico, ao contrário, primariamente visava a resolver dificuldades ao nível da coerência e o rigor lógicos. Houve uma mudança de foco: de uma tentativa de fornecer bases empíricas para a mensuração, para uma tentativa de oferecer uma compreensão da estrutura lógica geral da interação econômica. Para o último propósito, as questões envolvidas em gerar estimativas ou previsões sobre os valores de troca relativos não são determinadamente significativas. Essas questões tendem a ser ofuscadas por aquelas envolvendo as derivações de provas da existência de soluções para as complexas interdependências incorporadas pela economia. Que a mensurabilidade ou previsibilidade empírica dos valores de troca não ocupem o palco central da teoria neoclássica ortodoxa não deve, porém, ser tomado como evidência de que, conceitualmente, tal mensurabilidade seja categoricamente impossível. O foco da teoria econômica neoclássica, em comparação à clássica, é alterado de estimativas empíricas para análises de estruturas, mas não há nada explícito na teoria neoclássica que implique a ausência da previsibilidade conceitual. Se as relações de utilidade e produção forem verificáveis, as soluções existem e são determinadas. É significativo neste contexto fazer tentativas de computar preços de equilíbrio.

III - A DIMENSIONALIDADE E OS DADOS DA TEORIA ECONÔMICA

Meu propósito nesta seção é esclarecer possíveis confusões e ambiguidades que podem surgir de minha definição relativamente restrita da economia subjetiva e de minha alegação de que o termo “revolução subjetivista”, como é aplicado à contribuição da década de 1870, pode ser, neste contexto, errôneo.

É necessário distinguir claramente a definição de dimensões do espaço dentro do qual ocorrem as operações da teoria econômica e a operacionalidade da teoria em si. Minha estritamente limitada definição de teoria econômica subjetiva é relevante apenas para o segundo desses pontos. Como limitada aqui por mim, a teoria econômica subjetiva incorpora os elementos explanatórios do processo econômico que não podem ser operacionalizados no sentido ortodoxo da ciência preditiva. Para aqueles elementos da teoria econômica que podem ser operacionalizados, entretanto, não adiantei qualquer presunção sobre a dimensionalidade de seu espaço.

A confusão necessariamente surge nesse ponto entre a alegação de que qualquer teorização econômica deve situar-se dentro de uma dimensão de valorações subjetivas e a alegação completamente diferente de que, por causa da dimensionalidade subjetiva, uma teoria operacional não é possível. A primeira dessas alegações deve ser aceita. A teoria econômica está certamente preocupada com valorações, com valores. É totalmente equivocado pensar em dimensionalidade física aqui. Bens e males são qualidades que estão atreladas a coisas físicas, a mercadorias ou serviços, por valorações pessoais.

Os esforços ingênuos e simplistas dos economistas clássicos em derivar uma teoria preditiva dos valores de troca relativos tende a obscurecer a dimensão do valor e gerou a situação absurda de que mercadorias podem ser produzidas por mercadorias, de alguma forma independente da valoração atribuída

às mesmas pelas pessoas. No sentido de ter enfatizado e trazido ao conhecimento a dimensão essencial do valor, é apropriado rotular os esforços de 1870s como uma revolução subjetivista. Porém, como apontei, essa transferência corretiva da dimensionalidade implicada do espaço para a aplicação da teoria econômica não traz consigo qualquer implicação direta para a potencial operacionalidade da teoria em si. Indiretamente, é claro, existe a óbvia implicação que apenas caso a teoria econômica se aplique dentro de uma dimensão de valor pode então surgir qualquer questão de não operacionalidade. A economia subjetiva mal poderia ser discutida em qualquer análise de variáveis num espaço puramente de mercadorias. Por outro lado, contudo, não há nada na dimensão do valor em si que logicamente impeça a derivação de uma ciência completamente operacional. Se essa análise é ou não possível não depende da dimensionalidade, mas, em vez disso, da possível uniformidade de valorações entre as pessoas.

Uma fonte relacionada de confusões envolve as exigências informacionais que um reconhecimento completo da dimensionalidade do valor da economia imputa a qualquer pretensão cientista que busque derivar hipóteses empiricamente testáveis. F. A. Hayek (1899-1992), em particular, enfatizou a dimensionalidade do valor da teoria econômica e as implicações informacionais desse atributo para a organização da sociedade⁵. Os mercados utilizam a informação eficientemente; eles não exigem uma extensiva centralização da informação sobre as valorações individuais. E, de fato, as exigências informacionais de uma economia centralmente planejada podem ser praticamente imensuráveis. Não há nada na percepção básica hayekiana, contudo, que exclua a possível derivação de um conjunto de hipóteses conceitualmente refutáveis sobre as valorações de todas as pessoas sobre todos os bens e serviços.

⁵ HAYEK, F. A. Economics and Knowledge. *Economica*, 4 (1937): 33-54.

Em trabalhos anteriores, insisti na subjetividade dos custos, e tentei mostrar como surgem os erros em aplicações de teoria econômica quando essa dimensionalidade básica é ignorada⁶. Dentro do esquema classificatório restrito que sugeri neste capítulo, porém, não há nada em minha análise de custos, como tal, que impossibilite a derivação de um conjunto de hipóteses conceitualmente refutáveis, o que é, é claro, o critério de uma teoria preditiva. Os custos estão, logicamente, relacionados às escolhas, mas se houver informação suficiente no ambiente, inferida de uma escolha passada, e se o comportamento de quem escolhe for, em certo sentido, previsível com base em uniformidades observadas, as escolhas podem ser julgadas *ex post*. Na prática, a dimensão do valor subjetivo do comportamento econômico pode tornar impossível a aplicação de qualquer regra de custos-preços, mas tal aplicação da ciência preditiva não pode ser dada como conceitualmente impossível.

IV - MISES E A PRAXEOLOGIA

Ludwig von Mises explicitamente negou que a teoria econômica pudesse ser operacional no sentido ortodoxo do termo. A teoria econômica era, para Mises, necessariamente *a priori*; ela fornecia uma lógica pura da escolha. Ao tomar metodologicamente essa posição extrema, Mises parecia ciente de que as tentativas de forçar a teoria econômica através das restrições impostas pelas exigências da ciência preditiva deveriam, ao mesmo tempo, negar aos agentes a possibilidade de realizar escolhas genuínas.

Devo confessar aqui que nunca fui capaz de apreciar inteiramente a ênfase de Mises na praxeologia ou “*a ciência da ação humana*”⁷. No centro dessa concepção está o caráter proposital de toda ação humana. O homem age sempre com um propósito; busca substituir um estado de relativa insatisfação por outro de relativa satisfação. Porém, um observador nunca pode entrar na mente de nenhum outro; não pode nunca saber o propósito de uma pessoa. Logo, não há meios, mesmo conceitualmente, de prever qual ação será tomada em qualquer circunstância particular. Uma pessoa escolhe aquilo que escolhe e, ao fazê-lo, deve antecipar que o curso escolhido de ações irá trazer um incremento líquido à sua satisfação. Embora possa errar, não devemos nunca inferir, *ex post*, que agiu de forma irracional.

Na sua forma mais geral, a teoria misesiana da escolha é totalmente não operacional. Ela pode “explicar” qualquer curso concebível de ação que se observe uma pessoa escolher; o outro lado é, claro, que a teoria não pode realmente “explicar” nada. O próprio Mises não se preocupava com a operacionalidade em si, presumivelmente porque sua confiança na introspecção proveu-lhe uma base para separar explicações que tenham ou não significado. Para retornar à ilustração de Adam Smith, Mises poderia alegar ter explicado por que as instituições de troca surgiram da visão de alguém que imaginava as vantagens mútuas da especialização e da troca. Mises poderia também explicar os valores relativos do cervo e do castor de forma simples, uma vez que aquelas razões que surgem do comportamento de escolha propositada dos participantes no processo de troca, cujas ações

⁶ BUCHANAN, James M. **Cost and Choice**. Chicago: Markham, 1969. [N. do T.: A obra foi publicada em língua portuguesa na seguinte edição brasileira: BUCHANAN, James M. **Custo e Escolha: Uma Indagação em Teoria Econômica**. Trad. Luiz Antonio Pedroso Rafael. São Paulo: Inconfidentes / Instituto Liberal, 1993. Disponível on-line em: <http://ordemlivre.org/posts/custo-e-escolha-uma-indagacao-em-teoria-economica-james-buchanan--26>].

⁷ A fascinante resenha feita por Thomas Nagel do livro *The Will: A Dual Aspect Theory* (Cambridge: Cambridge University Press, 1980. 2v.) de Brian O’Shaughnessy (1925-2010) sugere que ao menos alguma atenção dos filósofos analíticos modernos está se virando para o que parece ser uma concepção *a priori* da ação humana, como a de Ludwig von Mises. Ver: NAGEL, Thomas. *The Self from Within*. **London Times Literary Supplement**, (March 27, 1981), p. 327-28.

de participação ou não participação são elas próprias propositadas.

A teoria econômica misesiana torna-se uma ciência estritamente subjetiva na minha definição anterior do termo. Mas minha crítica básica a Mises é que ele pendia demasiadamente para o domínio da economia subjetiva. Parecia querer restringir todo o território quando rejeitava totalmente a existência de qualquer domínio relevante para o que chamei de teoria econômica positiva ou preditiva objetiva. Essa extensão de certa forma excessivamente zelosa das fronteiras metodológicas pode ser ao menos em parte responsável pela recepção relativamente limitada que as ideias de Mises tiveram entre os economistas mais ortodoxos.

A concepção básica de Mises sobre a praxeologia parecia falha na medida em que aparentemente incorporava duas espécies bastante distintas de ações humanas, uma das quais pode ser analisada científica e empiricamente no sentido ortodoxo. Considere dois exemplos: (1) Um homem está andando por uma estrada; vê um carro se aproximando; salta para o lado da estrada para evitar ser atropelado. Sua ação aqui é propositada. Tem a clara finalidade de remover a insatisfação de um estado potencial e substituí-lo por outro preferível. (2) Um homem está andando por uma estrada, descalço. Seus pés doem. Vê alguns pedaços de couro de boi e imagina a possibilidade de sapatos. Age a fim de criar esses sapatos a partir do couro. (Meus agradecimentos a Israel Kirzner por este exemplo). Essa ação é propositada e, como a primeira, claramente direcionada a substituir um estado de insatisfação (pés doloridos) por outro preferível.

Mas a praxeologia de Mises, como a entendo, parece incluir ambos os exemplos no âmbito da ação humana que a teoria busca analisar e explicar. Sugiro, porém, que ambos são categoricamente distintos. A primeira ação não precisa refletir uma escolha consciente, ativa ou criativa; pode ser interpretada como uma resposta instintiva a uma mudança no ambiente externo. Reflete um comportamento que poderia ser científica-

mente previsto. É o tipo de ação que poderia descrever o comportamento de ratos tanto quanto de homens. Em um contraste evidente e crítico, um animal nunca poderia optar pelo segundo tipo de ação criativa, que se torna unicamente humana⁸. A redoma da praxeologia misesiana que parece abranger os dois tipos de ação não permite a discriminação sofisticada que deve ser feita entre as duas. De fato, a ênfase misesiana em tratar toda ação humana como semelhante ao segundo exemplo tende a alimentar uma resposta crítica que envolve o risco de negligência do próprio tipo de ação que a economia subjetiva propriamente enfatiza⁹.

V - OS DOMÍNIOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES DA TEORIA ECONÔMICA

Há padrões do comportamento humano na interação econômica que estão sujeitos à predição conceitual sobre qual hipótese empiricamente testável pode ser derivada. Existe um domínio legítimo para a teoria econômica preditiva. Ou, apresentando meu ponto de maneira mais dramática, em alguns aspectos de seu comportamento econômico, com qualificações apropriadas, os homens são, de fato, como ratos¹⁰. Essencialmente respondem

⁸ Eu ignoro a ação do uso de ferramentas por alguns primatas. Meu propósito é a classificação conceitual, e não a etologia.

⁹ Minha crítica da posição Mises-Austríaca nesta seção compara-se de perto àquela exposta por Robert Nozick (1938-2002) – embora tenha sido desenvolvida independentemente antes que tomasse conhecimento desse texto de Nozick – na parte 2 do seguinte artigo: NOZICK, Robert. On Austrian Methodology. *Synthese*, 36 (1977): 353-92, esp. p. 361-69. Para uma crítica informativa que é de certa forma diferentemente direcionada, ver: WILLY MEYER, Hans Albert. Erkenntnistheoretische Orientierungen und der Charakter des ökonomischen Denkens. In: WATRIN, Christian & STREISSLER, Erich (Ed.). *Zur Theorie marktwirtschaftlicher Ordnungen*. Tübingen: Mohr, 1980. p. 80-110, esp. p. 82-91.

¹⁰ As qualificações referem-se às diferenças óbvias na complexidade dos padrões de resposta entre homem e rato. Não estou dizendo que os homens sejam como

de modo passivo a estímulos econômicos; reagem; não escolhem. São programados, quer genética ou culturalmente, para comportar-se de maneiras potencialmente previsíveis diante de modificações específicas nas restrições com que se defrontam. O escopo desta teoria preditiva do comportamento econômico é enormemente estendido quando reconhecemos que é o comportamento de um membro médio ou representativo de um grupo que deverá ser previsto aqui, e não o comportamento particular de um indivíduo.

O reconhecimento do domínio de uma teoria econômica operacionalmente significativa não carrega consigo nenhuma implicação com relação ao uso prático dessa teoria para fazer previsões no mundo real e/ou usar tais previsões para controlar o comportamento do homem nessa realidade. Ainda existe o incrível hiato entre a ciência que incorpora hipóteses conceitualmente refutáveis e a ciência que incorpora refutações ou corroborações definitivas. As distinções familiares entre as ciências humanas e não humanas envolvendo controles de experimentos levantam-se aqui, juntamente com os problemas informacionais que foram antes apontados brevemente. Não obstante, um conteúdo fundamentalmente empírico permanece na economia, independentemente de poder ser testado, e a elaboração da estrutura dos relacionamentos pode edificar nossa compreensão da realidade econômica.

Há também aspectos da ação humana que não podem ser sujeitos a explicação em uma teoria econômica operacionalmente significativa. Qualquer tentativa de derivar mesmo hipóteses conceitualmente refutáveis sobre tais ações gerariam confusões epistemológicas. Nomeei esse domínio de economia subjetiva ou teoria econômica subjetiva. Os objetos de análise são as *escolhas* das pessoas, que não podem ser escolhas genuínas e ao mesmo tempo sujeitas a previsão. Uma teoria

ou análise pode ser de valor explanatório nesse domínio sem o atributo da operacionalidade no sentido padrão. A teoria pode acrescentar ao nosso conhecimento (*verstehen*) do processo através do qual o mundo econômico dos valores é criado e transformado. A economia subjetiva oferece uma maneira de pensar sobre o processo econômico, um meio de impor uma ordem intelectual sobre um caos aparente sem consequentemente reduzir o status do homem, como um objeto científico, a algo que não é, em espécie, diferente dos animais¹¹.

Os limites dessa visão do processo devem ser reconhecidos, entretanto, junto com suas noções vantajosas. A teoria econômica subjetiva pode ser de pouca ajuda em uma explicação ou compreensão da alocação de valores ou em prever respostas gerais a mudanças nas restrições impostas aos agentes. Uma vez que a teoria não faz alegações quanto a previsões, ela pode, no máximo, sugerir que quaisquer previsões feitas irão provavelmente provar-se erradas, e de fato deverão estar erradas enquanto seu próprio domínio de escolha tiver margem operacional.

O propósito do exercício explanatório determina o domínio apropriado da teoria econômica a ser empregado. Se esse propósito for o de controlar a economia através de manipulações nas restrições dentro das quais as pessoas reagem, o primeiro domínio da teoria econômica positiva e preditiva é o único que contém qualquer escopo para a assistência. À medida que essa teoria pode isolar padrões de resposta previstos a mudanças nas restrições impostas (um acréscimo ou

ratos em qualquer sentido descritivo. Meu propósito, repetindo, é a classificação conceitual, e não a precisão de descrição.

¹¹ O trabalho de Israel M. Kirzner exemplifica uma teoria econômica subjetiva no sentido aqui definido. Poucos críticos puderam contestar que a discussão de Kirzner sobre o empreendedorismo e o papel do empreendedor no processo econômico competitivo não fosse explanatório no sentido comum do termo. Ver: KIRZNER, Israel M. **Competition and Entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago Press, 1973. [N. do T.: Em língua portuguesa, ver a seguinte edição brasileira: KIRZNER, Israel M. **Competição e Atividade Empresarial**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2ª edição, 2002].

decréscimo nos impostos, por exemplo), essas pessoas que participam das decisões políticas (que podem, e claro, também ser membros do grupo cujo comportamento reativo está sendo previsto pelos economistas) fazem suas escolhas em meio a restrições alternativas com base em melhor informação. As previsões dos economistas têm valor, e esse valor comanda um preço. Não é, portanto, de forma alguma surpreendente que os esforços dos economistas tenham sido transferidos para o domínio da ciência preditiva durante o período centenário de controles crescentes sobre as economias nacionais. A fé na eficácia de tal ciência preditiva para assistência no controle da economia talvez tenha alcançado seu apogeu na década de 1960, após os quais o ceticismo acordou de seu sono. As próprias falhas da ciência da economia preditiva sugerem a necessidade de permitir a existência do domínio da ação humana não suscetível à explicação científica.

Conforme o propósito da questão caminha para o entendimento das fontes da criação de valor com algum objetivo definitivo de encorajar o estabelecimento e a manutenção de um ambiente no qual as ações humanas possam se dar com relativa liberdade de restrições impostas, devemos esperar que os economistas dessem mais atenção ao domínio da teoria econômica subjetiva.

VI - DE HOMENS E RATOS

Eu julgo impossível uma discussão da metodologia da economia subjetiva sem primeiro definirmos o que chamei de “domínio”, e minha discussão neste capítulo foi quase exclusivamente limitada a questões de definição. Após um aprofundamento intelectual considerável, minha classificação proposta para os dois domínios da teoria econômica surgiram de uma consideração dos experimentos de laboratório muito interessantes com ratos e pombos que têm sido conduzidos por John H. Kagel, Raymond Battalio e seus colegas. Parecia evidente

para mim que esse trabalho experimental era científico em um sentido completamente análogo àquele conduzido por nossos companheiros não economistas nas ciências naturais. E ainda assim, como esse trabalho tem revelado, os ratos têm mostrado escolher racionalmente, responder previsivelmente a estímulos, reagir a “preços”, e em muitos aspectos comportarem-se como verdadeiros (mesmo que simples) “homens econômicos”. É possível derivar ordenamentos de oferta e demanda para ratos. A parte da teoria econômica, portanto, que analisa o comportamento humano do tipo que também descreve evidentemente o comportamento de ratos deve ser categorizada como uma ciência genuinamente preditiva.

Os aspectos residuais da ação humana que não são redutíveis a respostas animais a estímulos, mesmo nas variáveis humanas muito mais complexas, definem o domínio para uma ciência completamente diferente e unicamente humana – uma que não pode, por sua natureza, ser feita análoga às ciências positivas-preditivas do paradigma ortodoxo.

Há certamente espaço para que ambas as ciências existam em uma rubrica mais inclusiva a que chamamos teoria econômica. Devemos reconhecer que em muitos aspectos de seu comportamento, os homens se adequam a leis de comportamento tais que sua conduta se torna sujeita a previsões cientificamente testáveis e controle pela manipulação externa de condições. Mas devemos também reconhecer que os homens podem escolher cursos de ação que emergem somente no processo de escolha em si. Os homens criam valor pela imaginação de alternativas que não existem, seguida pela ação que implementa as possibilidades imaginadas¹².

¹² Metodologicamente, é importante insistir que os dois domínios sejam tratados como mutuamente excludentes. A não ser que este preceito seja estritamente adotado, o status operacional da teoria preditiva pode tornar-se sem significado. Suponha que uma hipótese derivada dessa teoria seja empiricamente refutada. O teórico não pode retornar a uma explicação econômica subjetiva para o efeito de que as funções

Talvez a metodologia da economia subjetiva, uma vez que a definição de seu domínio seja aceita, possa ser aprimorada por uma tentativa deliberada de eliminar padrões de pensamentos trazidos de sua contraparte positiva. Não posso, nesta seção conclusiva, discutir esses passos em particular, mas um exemplo indica o que quero dizer. Tem sido sugerido que a teoria econômica subjetiva necessariamente chama atenção ao fato elementar de que escolhas são feitas sob condições de incerteza. Qualquer tentativa, porém, de levar a análise moderna da escolha individual sob incerteza para a genuína tomada de decisões que é o objeto da teoria econômica subjetiva reflete uma confusão intelectual. Como pode qualquer coisa que remotamente se assemelhe a um cálculo probabilístico ser aplicada a escolhas que se dão entre as alternativas que somente passam a existir por meio do ato da escolha em si? Os seres humanos cujas escolhas ocupam os pensamentos de G. L. S. Shackle (1903-1992) jamais poderiam ser reduzidos ao status de ratos, mesmo superinteligentes¹³. Em minha visão, nenhum economista a não ser Shackle trabalha exclusivamente dentro do domínio da teoria econômica subjetiva, como a defini aqui.

Qualquer avanço metodológico deve ser construído sobre o trabalho de Shackle. Mas como muitos acadêmicos já perceberam, os próximos passos não serão fáceis. Os próprios avanços serão, é claro, escolhas genuínas num

completo sentido shackleiano. Eles não podem ser previstos. Mas há certamente alguma relação entre os objetos de atenção e os resultados imaginativos que emergem. Contanto que os economistas modernos dediquem suas energias intelectuais consideráveis e habilidades imaginativas à busca por regularidades empiricamente testáveis na conduta humana, serão bem sucedidos em estender o escopo da aplicabilidade para que a metáfora do homem como um rato descreva a teoria econômica. À medida que os economistas modernos usam sua própria imaginação em tentativas de entender mais completamente esses aspectos da ação humana que refletem a própria capacidade imaginativa peculiar para escolher sua própria realidade, podemos esperar que floresçam novas percepções sobre o processo da interação econômica. ∞

de utilidade tenham mudado, que as pessoas tenham exercido escolhas genuínas. Deve, em vez disso, ser forçado a reconhecer a falsificação de sua hipótese sobre a realidade comportamental. Recorrer a alterações presumidas na realidade em si ao manter a hipótese central é metodologicamente ilegítimo.

Para uma discussão fascinante de um problema relacionado que surge na interação entre a moral e a teoria preditiva, ver: LEVY, David M. Rational Choice and Morality: Economics and Classical Philosophy. *History of Political Economy*, Vol. 14, No. 1 (Spring 1982): 1-36.

¹³ Dentre os muitos livros desse autor, ver, em particular, as seguintes obras: SHACKLE, G. L. S. *Epistemics and Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972; Idem. *Imagination and the Nature of Choice*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1979.